

Campesinato galo-romano na Antiguidade Tardia: um neodesenvolvimentismo?

Gallo-Roman peasantry in late antiquity: a case of neodevelopmentalism?

Uiran Gebara da Silva

Pertencimento institucional: Pós-doutorando do Departamento de História da Universidade de São Paulo, Bolsita da Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de São Paulo, vice-coordenador do Laboratório de Estudos do Império Romano e Mediterrâneo Antigo da Universidade de São Paulo e membro do Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Marx e Marxismo – Seção Pré-Capitalismo.

Email de contato: uirangs@gmail.com

Pequena biografia do autor:

Atualmente é pós-doutorando no Departamento de História da Universidade de São Paulo, com financiamento da Fapesp, onde realiza a pesquisa “Os camponeses e a terra na Gália do Império Romano Tardio”, como parte de suas atribuições é vice-coordenador do LEIR-MA-USP. Doutourou-se no DH da USP com a pesquisa “Insurreições, heresia e esquecimento na Antiguidade Tardia: os bagaudas e os circunceliões”, e o mestrado, com a pesquisa “Paulino de Pella e a ideia de Fim da Antiguidade”, ambos também com bolsa FAPESP. É editor do periódico eletrônico *Mare Nostrum – Estudos sobre o Mediterrâneo Antigo*.

Resumo:

O objetivo desse trabalho é avaliar as representações historiográficas que se desenvolveram nas últimas décadas a respeito das regiões rurais do Império Romano, em particular na Gália tardo-antiga. Com o aumento e expansão do escopo da arqueologia rural nesse período, em substituição a uma visão de um Império em decadência, passou-se progressivamente a visões que propõem crescimento econômico e comercial nas regiões rurais do Império. Muito embora os núcleos dinâmicos dessas visões sejam a África e o Egito, propostas semelhantes estão sendo desenvolvidas para outras províncias, como a Gália. Observando o caso específico do norte da Gália tardo-romana, a avaliação dessas representações busca refletir a respeito dos métodos de investigação nos quais se baseiam arqueologia rural, principalmente o papel da *survey archaeology* na produção de sítios *sub-villa* e das interpretações dos achados nesses sítios em termos da criação de mercados locais. Uma vez que essas perspectivas de crescimento econômico se dão no contexto também da reelaboração da perspectiva modernista no estudo da Economia Antiga por meio da aplicação da New Institutional Economics como enquadramento teórico, busca-se criticar parâmetros modernizantes de interpretação do quadro representado pela documentação material e problematizar o uso da ideia de desenvolvimento econômico inspirado em referências de desenvolvimento capitalista. Em contrapartida, busca-se propor formas de lidar com esse quadro documental de forma a elaborar modelos de processos sociais e econômicos mais complexos e dinâmicos do que a historiografia do século XX reconhecia para as regiões rurais da Gália tardo-romana.

Palavras-Chave: Gália romana, Campesinato, Arqueologia Rural, Mercados Locais, Regionalização

Abstract:

This paper aims at evaluating the historiographical representations developed in the last decades, concerning the Later Roman countryside, with special regard to late antique Gaul. With the growth and expansion of the studies on rural archaeology in recent times, models postulating economic and commercial growth in the rural areas of the empire progressively replaced the previously held idea of a decadent Roman empire. Even though, the dynamical cores of the new models reside in Africa and Egypt, scholars have been proposing similar perspectives for other roman provinces. Taking into account the special case of late Roman north Gaul, this paper will focus on the discussion of some of the methods of investigation in which are based the results of this recent trend of Rural Archaeology: the role of survey archaeology in the discovery of sub-villa sites and the interpretation of these sites as local markets. Those models of economic growth have appeared in the context of a return to the modernist perspective in the study of Ancient Economy, based mainly in the use of New Institutional Economics as theoretical framing. Having that in mind, I render as problematic both that framing of the archaeological data and the application of capitalist criteria of growth and development for the Ancient World. Moreover, I try to draw from those new studies some suggestions on how to approach the archaeological data to create more complex and dynamic models of social and economic process than those the twentieth-century historiography offered to the understanding of late roman Gaul.

Keywords: Roman Gaul; Peasantry; Rural Archaeology; Local markets; Regionalization

Campesinato galo-romano na Antiguidade Tardia: um Neodesenvolvimentismo?

O título dessa apresentação é uma pequena provocação. Mas essa provocação se endereça tanto a meus interlocutores no campo de estudos em que busco intervir quanto ao meu próprio trabalho. Uma vez que o estudo que apresento busca avaliar as representações historiográficas que se desenvolveram nas últimas décadas a respeito das regiões rurais do Império Romano, em particular na Gália tardo-antiga, associar tais representações da Gália ao Neodesenvolvimentismo (uma programa político-econômico latino-americano importante no meio do século XX e revivido no XXI) serve de alerta não apenas para os pressupostos teóricos dessa historiografia, mas também para as conformações sociais, políticas e ideológicas a partir das quais meu próprio trabalho como historiador é produzido. Retornarei a esta questão posteriormente, depois de ter explicado melhor o que são as representações historiográficas a que me refiro.

1. Da crise à transformação

Até os anos 1960 e 70 imperava na historiografia sobre o Império Romano tardio um paradigma que via uma prolongada e generalizada crise social e econômica em todas as regiões do Império. Dentre os grandes debates historiográficos do século XX estava exatamente aquele que girava em torno dos fatores que produziram tal decadência ou crise. Um debate permeado das mais variadas e contraditórias teorias a respeito desses fatores, em termos políticos, econômicos, culturais e outros. No plano econômico, as explicações mais aceitas para crise social eram as que propunham a hipótese de uma crise do escravismo (Weber, 1983[1896]) e, dentre os estudiosos marxistas, do modo de produção escravista (Staerman, 1980 e Anderson, 2000 [1975]). Essa perspectiva defendia que o elemento fundamental causador da decadência da civilização antiga teria sido a interrupção do fornecimento da mão de obra escrava no século II. Em complementação a este processo, sob a alcunha de colonato, teria acontecido um reforço da dominação aristocrática sobre os trabalhadores rurais, entre os séculos III e VI, de maneira que essa visão considerava que havia uma piora drástica na situação social das classes subalternas das regiões rurais do Império tardio. Tal visão de crise e decadência do Império Romano foi um paradigma estabelecido e aceito até os anos 1980. No entanto a sua desconstrução já vinha sendo preparada ao longo das duas décadas anteriores, conforme eram produzidas inúmeras pesquisas pontuais que problematizaram, questionaram e desconstruíram aquele paradigma. Esses novos

estudos sobre o Império tardio se desenvolveram tanto por meio do refinamento da compreensão das estruturas literárias das fontes textuais, quanto da profusão de estudos arqueológicos.

Sob o impacto desses novos estudos, entre os anos 1960 e 1970, houve uma profunda transformação das representações historiográficas do Império Romano entre os séculos III e VI, o que resultou também na criação de uma nova periodização (e campo de investigações): a Antiguidade Tardia. A ideia de que tivesse havido uma crise do escravismo começou a ser desmontada por Moses Finley (1999) e para muitos historiadores o século III deixou de ser considerado um período de crise social ou econômica, seguindo as sugestões do trabalho pioneiro de Peter Brown, *The World of Late Antiquity* (1971), embora tenha reaparecido recentemente a visão de que ele ainda teria sido um século de crise política e militar. O grande representante dessa perspectiva é Peter Heather, que propõe que a ascensão da dinastia dos sassânidas teria reorganizado política e militarmente o Império Persa, alterando o equilíbrio de poder entre as duas potências antigas, o que por sua vez, teria obrigado ao Império Romano também a se reorganizar (Heather, 2006).

No mesmo passo, a historiografia sobre o que aconteceu entre os séculos III a V também mudou bastante. A investigação sobre as relações sociais e econômicas nesse período passaram a propor o século III mais como uma etapa de reajuste do crescimento e enriquecimento nos séculos I a.C. a II d.C. (excepcionais para padrões típicos de sociedades pré-industriais, principalmente na Itália) e, ao se olhar o Império como um todo, seria possível ver uma espécie de equilíbrio sendo estabelecido entre as províncias e o centro a partir de então (Saller, 2005; Schiavone, 2005; Leveau, 2007: 651–70). Um reajuste social e político também pode ser visto, em termos muito semelhantes, na reconfiguração das relações entre as elites locais e regionais e a corte imperial, marcada pela ascensão de novos centros imperiais e novos canais de poder local a eles associados (Matthews, 1990).

Assim, até o começo do século XXI, o paradigma interpretativo não era mais o da crise, da decadência ou da queda do Império Romano. Em lugar desses conceitos houve o uso cada vez mais indiscriminado das noções de continuidade e mudança, que proporiām para o período da Antiguidade Tardia uma caracterização pautada por transformações lentas e sem rupturas, enfatizando cada vez mais as continuidades e as trocas culturais (Giardina, 2007). Mais recentemente, alguns pesquisadores trouxeram novamente a perspectiva de crises (política, social e/ou econômica) para explicar a desagregação do

Estado romano no século V. A situação de crise, contudo, é apresentada como sendo mais súbita e cada vez mais resultante de problemas militares e imputada à incapacidade romana de lidar com os bárbaros (Ward-Perkins, 2005; Heather, 2006).

2. As regiões rurais do Império

No que diz respeito aos modelos de compreensão das regiões rurais do Império Romano tardio, tais críticas resultaram, em primeiro lugar, em mudanças nos próprios modelos conceituais adotados para explicar as relações sociais nas zonas rurais do Império e, em segundo lugar, por meio do avanço da arqueologia nesse campo de estudos, na revisão da excessiva centralidade dada pelos estudos anteriores às *villae*, ao colonato e à ideia de homogeneidade do escravismo. Adicionalmente, em substituição a uma visão de um Império em decadência, passou-se progressivamente a visões que propõem crescimento econômico e comercial nas regiões rurais do Império. As evidências materiais e textuais passaram a ser utilizadas para embasar modelos que descrevem processos de intensificação da produção e o desenvolvimento em grande escala de comércio inter-regional, regional e até mesmo local (Horden e Purcell, 2000). O aumento e a expansão do escopo da arqueologia rural possibilitaram a constatação do crescimento do número de assentamentos rurais, de sinais de difusão de objetos artesanais produzidos em larga escala e da monetarização das regiões rurais, inclusive para as classes sociais mais baixas, entre as quais tais objetos produtos e moedas estavam ausentes (ou ainda são invisíveis para os pesquisadores) antes do século III. Muito embora os núcleos dinâmicos desses modelos sejam a África (Fentress, 1993; Ghedini, 1993; Mattingly & Hitchner, 1995), o Egito (Bagnall, 2005) e o Levante (Ward-Perkins, 2005: 124-126), propostas semelhantes estão sendo desenvolvidas para outras províncias, com graus menores de intensidade, como a Gália (Février, 1993; Tuffi, 1993; Ouzoulias e Van Ossel, 2000) e a Hispânia (Arce, 1993).

Um elemento importante a ser levado em consideração aqui é que as percepções de intensificação e crescimento econômico foram formuladas conforme se estabelecia a reformulação teórica da perspectiva modernista no estudo da Economia Antiga. Essa reformulação tem sido acompanhada nas últimas duas décadas pelo uso da *New Institutional Economics* como enquadramento teórico. E, muito embora, nem todos os estudiosos que contribuíram para a revalorização do cenário econômico da Antiguidade Tardia sejam simpáticos a ele (e muitos não são), tal enquadramento tem se constituído, sistematicamente, na abordagem hegemônica da História Econômica da Antiguidade.

Ousaria dizer que a consolidação dessa abordagem se dá em parte por causa do contexto social mais receptivo das últimas décadas, de avanço da ideologia liberal e neoliberal na academia, mas também em parte por, dentro desse contexto, ela responder melhor as questões colocadas pelo antigo modernismo e alguns dos mais importantes desafios teóricos colocados pelo substantivismo de matriz finleyana, parecendo a muitos autores o ponto de partida para a superação da tradicional dicotomia primitivismo-modernismo.¹

A historiografia, também sem muito consenso, tem interpretado as causas e os impactos sociais desses processos de intensificação econômica (Bowden, Lavan e Machado, 2004; Grey, 2011). Em primeiro lugar, aponta a reorganização do sistema tributário estatal como um elemento importante para a compreensão das transformações sociais. Nesse sentido, ainda tem um papel importante o desenvolvimento de estruturas legais e coercitivas que visam o maior controle da mão de obra rural a partir do Estado, muito embora o impacto a longo prazo disso não seja mais tão duradouro, e a capacidade da aristocracia de aproveitar-se plenamente disso seja contestada por alguns autores (Carriè, 1982 e 1983; Grey, 2011).

A esse controle jurídico da mão-de-obra é acrescentada a ideia de que haja um processo de concentração de propriedade da terra, mas essa não se cristaliza em latifúndios e sim no controle fragmentado de inúmeras parcelas em escala inter-regional, mas leituras diferenciadas e até contraditórias foram apresentadas. Tanto Chris Wickham (2005) quanto Jairus Banaji (2007) interpretam os processos de intensificação como resultado do aumento das taxas de exploração do trabalho camponês, por meio do maior controle da extração das rendas rurais (que se dividem entre o pagamento ao proprietário e o pagamento dos impostos, mais bem controlado a partir do século IV) e da concentração da propriedade. A diferença reside no horizonte de ação dos camponeses e dos trabalhadores rurais em meio a esse processo. Wickham entende que a desintegração do Estado romano e a quebra da sua espinha fiscal significam a longo prazo um fortalecimento da autonomia das comunidades rurais nas regiões ocidentais. Já Banaji coloca uma maior ênfase no processo de monetarização do Império e vê nisso um sinal

¹ O predomínio dessa perspectiva é muito bem representado pelas contribuições presentes na mais recente *Cambridge Economic History of the Greco-Roman World* (Scheidel et al., 2007). Cf. a celebração na resenha-artigo de Peter Bang (2009).

do fortalecimento das classes proprietárias, mesmo que de maneiras diversas, no Mediterrâneo oriental e no ocidental.²

3. Mercados locais e melhoria de padrões de vida na Gália setentrional

Tendo essa mudança de paradigma como pano de fundo, desenvolveu-se a tendência, central para o tema desta apresentação, de interpretar os achados arqueológicos e os processos de intensificação em termos de expansão de mercados locais, regionais e inter-regionais. Essa perspectiva, em geral, associa o impacto do crescimento dos mercados locais rurais a modelos que defendem ter acontecido uma melhora dos padrões de vida no campo entre os séculos III e V. Essa melhora é apresentada com graus e entusiasmo variados para as diferentes regiões do Império (Ward-Perkins, 2000 e 2005; Leveau, 2007; Dossey, 2010; Ouzoulias e Van Ossel, 2000; Van Ossel, 2006). Pretendo agora analisar alguns elementos específicos por meio dos quais essa tendência se manifesta no norte da Gália tardo-romana. E, para isso, apresentarei alguns dos estudos arqueológicos representativos do tipo de investigação que serviu de base a essas representações que dotam as regiões rurais da Gália setentrional tardo-romana de maior dinamismo econômico e social do que se pensava antes. Para avaliar esses estudos, é necessário ter em mente a mudança metodológica que os produziu. A arqueologia rural romana durante muito tempo se concentrou na investigação das grandes mansões rurais dos aristocratas romanos, as *villae*. O estudo dessas *villae*, por sua vez, era realizado fundamentalmente por meio da escavação da grande habitação, facilmente identificada e delimitada. Boa parte do esforço dos pesquisadores se direcionava para a compreensão das divisões internas da casa, da delimitação do território ao redor e dos usos do espaço (por exemplo, as regiões destinadas ao aristocrata e aquelas reservadas aos escravos). Dessa forma, a compreensão das relações sociais no campo do ponto de vista da arqueologia era guiada pelo estudo arquitetônico dessas mansões. E assim acontecia tanto na Itália, região central do Império, mas também nas províncias como a Gália. A partir da metade do século XX, os novos métodos começaram a ampliar as opções dos arqueólogos para além do uso exclusivo da escavação. A arqueologia aérea, a observação a partir de uma aeronave da paisagem rural, teve um grande impacto nos estudos sobre centurição e na descoberta de novos assentamentos rurais. Além disso,

² Carlos MacGaw (2012) chama a atenção para o enquadramento modernista e as implicações da visão de Banaji sobre as relações de trabalho na Antiguidade.

uso cada vez mais frequente da *survey archaeology*, isso é, a investigação extensiva de uma região em busca de vestígios na superfície, levou a ampliar a compreensão do quadro geral da ocupação rural do norte da Gália no período. O resultado dessa mudança metodológica foi tornar visíveis muitos assentamentos de tamanho inferior aos das *villae*, os sítios *sub-villa*. Isso significou por sua vez um aumento significativo no material de estudo disponível para os arqueólogos do período romano e tardo-romano³ cujos impactos mencionei há pouco.

A. Terra e habitação rural

No que diz respeito ao norte da Gália, os estudos arqueológicos anteriores, que se concentravam nas *villae*, casavam perfeitamente com os modelos de crise e decadência no norte da Gália. Tais estudos identificaram um processo de diminuição do número de mansões a partir do século III e, em muitos casos, constatava-se que o uso cada vez mais comum de técnicas de construção com madeira em lugar de pedras e tijolos nas habitações que se mantinham. A descoberta dos assentamentos rurais menores e a constatação inicial, hoje já não mais consensual, de que tendiam da dispersão à concentração em torno de certos polos, foi integrada, em um primeiro momento, ao paradigma de crise e decadência. Esses assentamentos seriam representativos do controle rígido que os grandes proprietários exerciam sobre o trabalho rural por meio do crescimento do número de trabalhadores em regime de arrendamento e da diminuição do número de camponeses pequenos proprietários. Por causa da descoberta, perto do Reno e do Mosella, de muitos *vici* que se transformaram em *civitas* muradas, sugeriu-se então a existência de uma sociedade rural polarizada entre comunidades rurais empobrecidas e potentados poderosíssimos morando em núcleos urbanos fortalecidos (Whigtman, 1978).

O avanço da investigação sobre os assentamentos menores demonstrou que a dispersão ainda se mantinha no século IV e V (Van Ossel e Ouzoulias, 2000) e que seu número variava muito pouco entre os séculos III e IV, apresentando uma pequena mudança de localização em alguns casos. As *imagens 1 e 2* apresentam a manutenção do padrão de dispersão dos assentamentos rurais na região de Aldenhoven na Renânia ao longo do século IV. A constatação da pequena variação (para baixo) e da manutenção do padrão de dispersão por um lado permite questionar o cenário de decadência desenhado pelo modelo anterior e acentuar algumas continuidades de organização social rural nessa

³ Uma síntese dessas mudanças está em Dyson (2003)

região. Por outro lado, é importante atentar que isso significa que *há* efetivamente algum declínio no número dos assentamentos (para aproximadamente 75%), embora não tão dramático quanto se pensava.

Um dos grandes problemas dos modelos anteriores era que buscavam extrair dos assentamentos e seus territórios padrões de propriedade da terra, igualando o processo de nucleação dos assentamentos associado às teorias sobre o colonato a um processo de concentração da propriedade da terra por potentados locais. Nesse sentido, os estudos mais recentes têm se esforçado por desarticular essa equivalência. Em primeiro lugar, a constatação de que a dispersão dos assentamentos se mantinha retirou uma das bases onde ela se apoiava. E, em segundo lugar, os investigadores têm insistido na impossibilidade de equacionar regimes de propriedade com padrões de assentamento. Apenas têm se arriscado a identificar a extensão territorial de propriedades rurais em casos bem particulares, como certas localidades nos arredores de Trier e Bitburg (regiões de intensa atividade militar) em que há muros demarcando a extensão da propriedade (Van Ossel e Ouzoulias, 2000: 153). Assim, a hipótese da concentração de propriedade da terra pode não estar errada, mas ela não se deu na forma do latifúndio⁴ e não deixou registros materiais nos assentamentos.

Articula-se ao que desenvolvi até aqui outra mudança importante na interpretação dos assentamentos com habitações menores. Habitações feitas de madeira (principalmente as chamadas *sunken house* ou *Grubenhäuser*), que apareciam na Gália setentrional no século III, eram anteriormente interpretadas como sinais de migrações dos povos bárbaros, já que aparecem também além da fronteira militar. Essa leitura tem sido substituída pela ideia de que elas seriam habitações das camadas rurais mais pobres, tratando-se mais de uma convergência técnica do que sinais de migrações, dados o seu grande número e a sua presença em assentamentos que não apresentam nenhum vestígio material de presença bárbara (Van Ossel e Ouzoulias, 2000: 149).

A *imagem 3* apresenta algumas plantas de habitações encontradas também na região da Renânia e que apresentam sinais de ocupação no séc. IV. A habitação A (Rheinbach-Flerzheim, na planície renana) possa ser claramente qualificada como a tradicional *villa*. No entanto, a habitação B, chamada fazenda de Hambach 32 (platô de Düren), é bem menor e apresenta elementos de construção bem mais simples do que o se esperaria de

⁴ O modelo de concentração de propriedade baseado no domínio disperso e que é aceito como referência atualmente foi sugerido por Domenico Vera (1986).

uma mansão rural. O mesmo pode ser dito do pequeno edifício *C* em Bollendorf, que apresenta a construção de um banho no final do século III, e a *D* em Trier, que junto a paredes de pedra, apresenta paredes feitas de cob (terra, argila, palha e areia). Esses são alguns dos exemplos da grande diversidade das habitações que se revelaram nas regiões rurais da Gália setentrional. Constatou-se, entre o fim do séc. III e o início do V, a existência de múltiplas formas de habitação junto à já mencionada pequena redução do número de assentamentos. Essa variedade, por indicar a existência de uma grande diversidade de níveis sociais entre os habitantes rurais galo-romanos, coloca dificuldades à ideia de simples polarização social que articula o modelo anterior. O caso do compartimento para banho construído no edifício *C* pode, por exemplo, representar ascensão social do seu proprietário e seria representativo dessa diversidade, tanto em termos de status e prestígio, quanto em termos de variedade de relações com o trabalho e com a terra. Complementarmente, sugeriu-se que o edifício *D* representaria uma mudança nas técnicas de construção mais apropriada para usos ligados ao trabalho (Van Ossel, 2006).

B. Objetos seriados: Cerâmica

Embora seja um elemento importante, apenas a variação das habitações não se constitui em base empírica suficiente para essa perspectiva que atribuiu ao campo galo-romano maior diversidade social. No contexto desses assentamentos entre os séculos III e IV, é comum encontrar objetos variados, cujos materiais e as técnicas de construção, assim como os usos e valores simbólicos indicariam também essa maior diversidade social. Dadas as limitações de espaço e tempo, eu pretendo me concentrar aqui apenas em duas categorias de objetos encontrados nos assentamentos cujo volume e recorrência permitem avaliar melhor as possibilidades de generalização da hipótese de maior diversidade social: a cerâmica e as moedas. Essas duas categorias de objetos são sempre comemoradas quando encontradas porque geralmente oferecem do ponto de vista metodológico possibilidades maiores de estabelecimento de datações relativas, ou mesmo absolutas, no caso das moedas. Para isso contribuem vários fatores derivados da sua condição de vestígio material. A sua profusão e distribuição em meio aos locais investigados, assim como a sua facilidade de comparação com objetos semelhantes estabelece a possibilidade de generalizações que outros tipos de objetos, mais raros, não oferecem. Adicionalmente, tanto moedas quanto cerâmica romanas apresentam uma condição seriada facilmente identificável com o estudo da sua produção: o seu material, a evolução das técnicas e dos estilos das decorações nelas encontradas. Assim como da

possibilidade de datar precisamente o objeto, no caso das moedas, dados os símbolos e as informações presentes nas cunhagens. Isso torna ambas categorias de objetos importantíssimos para a construção de cronologias que permitam a datação dos lugares ou níveis onde foram encontradas, permitindo conseqüentemente a datação de outros objetos.

A cerâmica encontrada na região é, também, bem diversificada e apresento aqui dois tipos de material, a *Sigillata de Argonne* e o que é costumeiramente chamado de *Roman Coarse Ware* (“louça romana grosseira”) de Mayen, que servem de base para a hipótese sobre a diversidade social, mas também para a ideia de que houve nesses séculos a formação de mercados locais.

A *sigillata de Argonne* é considerada uma cerâmica de produção seriada, com coloração vermelha do tipo *terra sigillata*, originária da região da floresta de Argonne no norte da França, geralmente no formato de tigela com uma decoração característica composta por pequenos padrões em sua base e no disco de sustentação. Nas *imagens 4 a 6* temos apresentadas mapas de difusão da cerâmica *sigillata de Argonne*. Nesta apresentação, estou menos interessado na evolução temporal da distribuição, do que na sua distribuição sincrônica na fase 2 (410 a 450) e na fase 3 (450-470). A variação do número de assentamentos onde elas são encontradas entre essas duas fases é pequena, principalmente se considerarmos a intensa atividade militar no norte da Gália no século V. É importante notar o raio de alcance da distribuição dessa cerâmica na fase 2 (na fase 1, século III até início do IV, ela é encontrada inclusive na Britânia). A proximidade de rios é um fator importante para o transporte e essa ampla difusão pode ser associada a duas estruturas de distribuição: político-militar ou comercial (Bayard, 1998). A favor da distribuição orientada pelas necessidades militares romanas está a presença comum desse tipo de cerâmica em assentamentos com caráter militar. Contudo ela não se encontra exclusivamente nesse tipo de assentamento, sendo também comumente descoberta em *villae* e habitações rurais galo-romanas de porte médio e pequeno. Isso significa que pode muito bem haver uma articulação entre uma coisa e outra, de forma que a interação com o contexto militar pode servir ter servido de estímulo à produção dessa cerâmica e sua distribuição, via comércio local e regional, para usos cotidianos (Van Ossel, 2006: 560).

A “louça romana grosseira” de Mayen, é uma cerâmica de formato e técnicas rústicas de produção, mas ainda assim seriada cujas oficinas são encontradas, na região de Eiffel na França. Essa louça de Mayen é particularmente distinguível das outras por causa da

composição particular da sua argila, facilmente identificável. Ela se encontra em muitos formatos diferentes, como pratos, tigelas, vasos e jarros, com coloração acinzentada ou amarelada. Como se pode ver na *imagem 7*, ela apresenta um padrão de difusão diferenciado em relação à *sigillata de Argonne*. Embora também acompanhe o Reno, ela tem menor raio de alcance para as regiões a oeste do seu centro de produção não tendo tanta presença nos assentamentos na Bélgica e na região a norte do Loire e é uma das poucas “louças grosseiras” gálicas que são encontradas na Britânia. A quantidade na qual é encontrada, contudo, é superior. A *Roman Coarse Ware* de Mayen, não surpreendentemente, com suas oficinas em região de fronteira e tendo sua difusão acompanhando o rio, também é associada a contextos militares (Redknap, 1988). Porém, não aparece apenas em habitações de porte médio ou maior, sendo muito difundida e presente inclusive nos assentamentos menores, inclusive os que apresentam sinais de construção em madeira. Assim, o mesmo tipo de composição entre as necessidades militares e circulação comercial do excesso da produção é utilizada para associar os achados dessa cerâmica à hipótese de mercados locais. Nesse caso, contudo, seriam mercados e circuitos comerciais de menor porte, com consumidores de menor poder aquisitivo, camponeses e habitantes das regiões rurais integrados a uma rede comercial menor em interação com os circuitos associados à *sigillata de Argonne*.

C. Objetos seriados: Moedas

O outro pilar da hipótese dos mercados locais é a ideia de uma monetarização do norte da Gália tardo romana. A base empírica dessa visão de monetarização é a descoberta de grandes quantidades de depósitos de moedas nos assentamentos rurais. Esses depósitos de moedas galo-romanos do final do século III e do IV têm características particulares em relação aos séculos anteriores. Há neles uma queda significativa na quantidade de moedas de prata, um aumento também significativo no número de exemplares de moedas de ouro e a quantidade de moedas de bronze é bem maior do que qualquer um dos outros dois materiais. Adicionalmente, é importante notar que o maior número de moedas de bronze também se dá comparativamente com relação a depósitos dos séculos I e II e, a partir disso, os propositores do modelo de monetarização das regiões rurais da Gália defendem que conforme o ouro se tornava a moeda de referência para grandes valores na Império tardio, o uso do bronze se difundiu entre as camadas sociais mais baixas, começando a fazer parte das transações comerciais cotidianas (Van Ossel e Ouzoulias, 2000: 155; Van Ossel, 2006: 558-559).

As *imagens 9 e 10* foram retiradas de uma publicação dos estudos de Bruno Foucray (1996) sobre os depósitos de moedas encontrados na a partir de prospecções realizadas na região da Ille-de-France. Essa é uma região que não era muito importante do ponto de vista econômico e político entre os sécs. III e V, mas ainda assim há um número significativo de depósitos de moedas. A *imagem 10* é uma representação espacial da difusão somente de moedas de ouro e de prata e seus respectivos depósitos e, como se pode ver ali, os depósitos se distribuem de forma equilibrada ao longo desse período e ao longo do espaço analisado. A *imagem 9* é uma tabela com a composição dos depósitos permite ver mais claramente a relação entre a datação e a localização dos depósitos. É importante frisar que a grande maioria dos exemplares encontrados é de moedas de bronze, o que por sinal auxiliou bastante ao investigador no processo de estabelecimento da cronologia, uma vez que as moedas de bronze passaram recorrentemente por ponderações no seu valor ao longo do séc. IV. Há mais uma característica importante que pode ser visualizada aqui que é a grande quantidade de imitações encontradas, que se concentram nas fases 3 (330-348) e 4 (348-364) e, particularmente no caso de moedas datadas de 354-358, no depósito de Vers-St.-Denis. Repare-se também, nesse caso, na grande quantidade de moedas não datáveis, mas que provavelmente também seriam imitações do século IV. A hipótese avançada por Foucray para explicar essas imitações de moedas de bronze reside na perspectiva de que deveria haver no séc. IV um uso corrente das moedas de bronze para o comércio que justificasse a produção e circulação dessas imitações. Adicionalmente, as imitações também poderiam representar a continuidade do uso dessas moedas de bronze, mesmo depois da interrupção de sua cunhagem, no final do IV (Foucray, 1996: 45).

4. Comunidades rurais e desenvolvimento econômico

Os modelos elaborados a partir dos dados acima apresentados propõem que, no período, ao contrário de empobrecimento das regiões rurais, o contrário pode ter ocorrido, sendo até possível que tenha havido uma melhora nos padrões de vida das classes subalternas das zonas rurais da Gália setentrional. Esse modelo apresentaria as seguintes características: a) intensificação da produção rural e urbana; b) maior dinamismo dos processos de distribuição e circulação; c) estímulo das relações econômicas locais por parte da administração imperial (via sistema fiscal e da presença militar); d) criação de mercados locais e aprofundamento das conexões entre mercados locais, regionais e

inter-regionais; e) ascensão social e melhoria do padrão de vida expressa na integração das classes subalternas a esses mercados locais e regionais.

Esbocei acima um exame preliminar dos limites e potencialidades presentes na documentação arqueológica para sustentar esses modelos e há uma característica deles que considero um avanço crucial: a visibilidade que eles têm dado às classes subalternas, inclusive em termos de sua agência histórica. Porém, o fator de maior sedução a seu favor talvez esteja na insustentabilidade do modelo anterior de crise e empobrecimento catastróficos das regiões rurais.

Volto agora à questão no título dessa apresentação: o uso da noção de Neodesenvolvimentismo seria adequado a esse novo modelo de compreensão da paisagem rural da Gália tardo-antiga setentrional?

Tomo emprestada uma lista de características do que seria o programa neodesenvolvimentista⁵ brasileiro (Boito Jr., 2012), baseada na experiência recente dos governos petistas: a) elevação da dotação orçamentária estatal para financiamento de grandes empresas nacionais, com taxas de juro subsidiadas; b) política externa de apoio às grandes empresas nacionais ou instaladas no país para exportação de mercadorias e de capitais; c) política econômica anticíclica – medidas para manter a demanda agregada nos momentos de crise econômica; d) aumento da infraestrutura administrativa e maior presença do Estado em regiões antes periféricas, estimulando crescimento econômico regional; e) incremento das rendas das classes subalternas e o estímulo à sua participação em um mercado interno, do qual eram previamente marginalizadas. Dentre essas características do Neodesenvolvimentismo, o item “e” é o que mais impacto tem no cotidiano das pessoas e, por sua vez, o que teria criado a experiência imediata de melhora no padrão de vida das classes trabalhadoras brasileiras. Sem nenhuma surpresa, esse é o elemento ao qual os defensores do programa mais acentuam em período eleitoral, o que sinaliza a força ideológica conformada por essa experiência.

⁵ A definição do Neodesenvolvimentismo é pouco consensual. Para descrições positivas e favoráveis ao uso do termo, cf. Bresser-pereira (2015) e Lamoso (2012), para uma crítica que recusa que se possa chamar o programa político econômico brasileiro de 2003 ao presente de desenvolvimentista, cf. (Gonçalves, 2012). Tomo a perspectiva de Boito Jr por ao mesmo tempo reconhecer a validade da terminologia e problematizar o processo.

Chamo a atenção para a semelhança desse item com os itens “d” e “e” da minha descrição do modelo para a Gália setentrional. Também é significativa a semelhança entre o item “c” da descrição da Gália e o item “d” do Neodesenvolvimentismo.⁶ Como pesquisador suscetível cotidianamente à ideologia gerada aquela experiência de “melhora de padrão de vida”, penso que o caminho para desnaturalizar essa semelhança é entender o contexto formativo (tácito) de nossos modelos e conceitos. Não basta, para isso, apenas acusar a influência ideológica do Neoliberalismo, ou do Neodesenvolvimentismo, na academia. Por que e de que forma os conceitos utilizados para compreender sociedades pré-(ou não-)capitalistas, mesmo quando partem de um enquadramento substantivista ou marxista, só concebem crescimento e desenvolvimento econômico dentro da lógica da acumulação capitalista? Tal questão remete a outra, tanto para Gália tardo-antiga, quanto para outras sociedades: é possível conceber o desenvolvimento de tais sociedades em outros termos conceituais? Como?

⁶ E, muito embora as características “a” a “c” sejam potencialmente disparadoras do aguçado sentido “anti-anacronismo” do historiador do mundo antigo, há modelos de História Econômica da Antiguidade em circulação que não têm problema algum em usar esse tipo de conceituação, cf. Bowman & Wilson (2013).

Imagens:

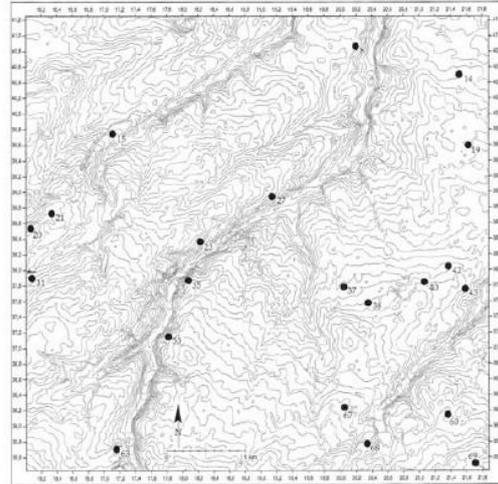
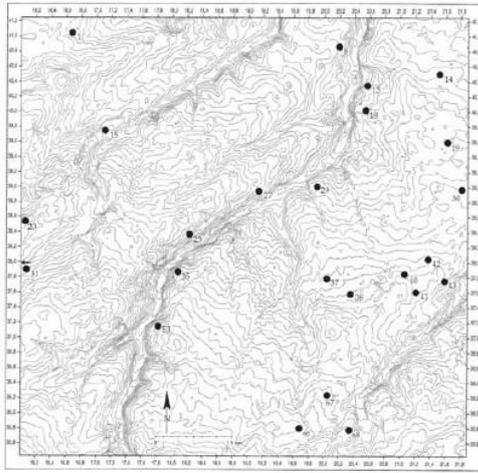


Imagem 1: Distribuição de assentamentos em Aldenhoven na Renânia. Primeiro e segundo terços do século IV. (Lenz, 1999 apud: Van Ossel, 2006)

Imagem 2: Distribuição de assentamentos em Aldenhoven na Renânia. Final do século IV (Lenz, 1999 apud: Van Ossel, 2006).

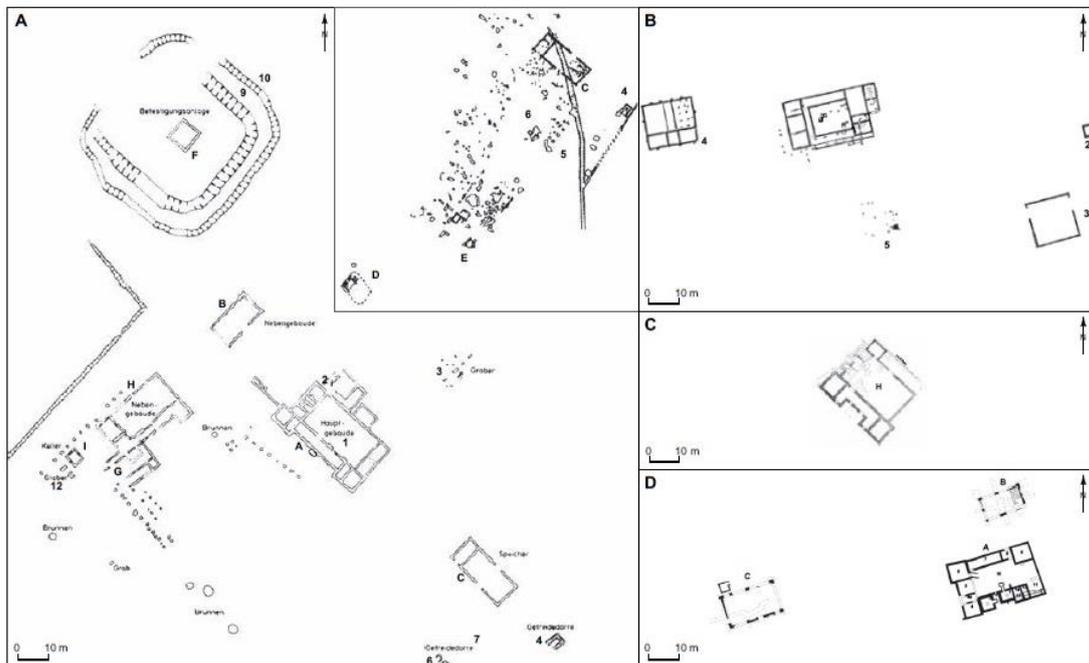


Imagem 3: Diversidade de Assentamentos no século IV: “Four villae in Rhineland in their 4th c. phases: A. Rheinbach-Flerzheim, in the Rhine plain (after Gechter (1980)); B. Hambach 77/32, on the plateau of Düren (after Czysz (1978)); C. Bollendorf (after Cüppers et al. (1983) 124); D. Leiwien Hostert, in the region of Trier (after Trierer Zeitschrift 49 (1986))” (Van Ossel, 2006)

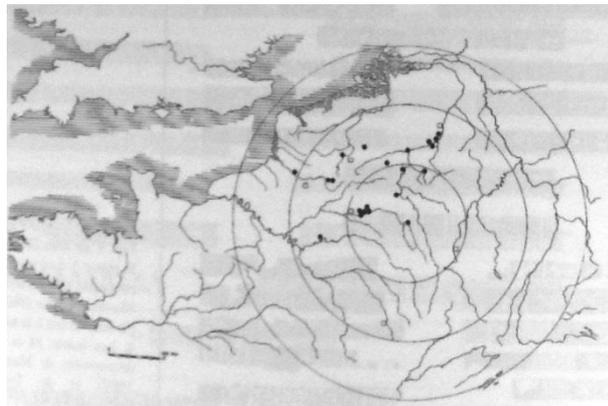
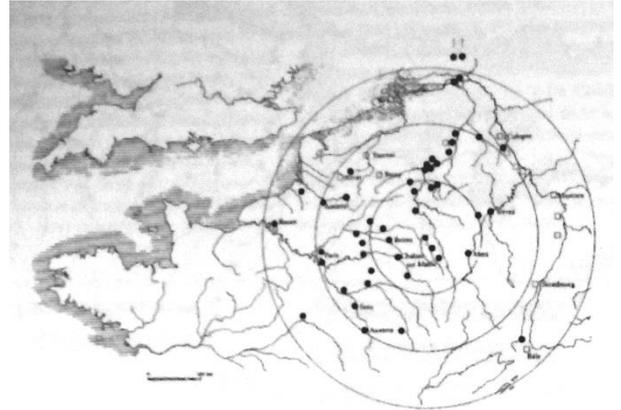
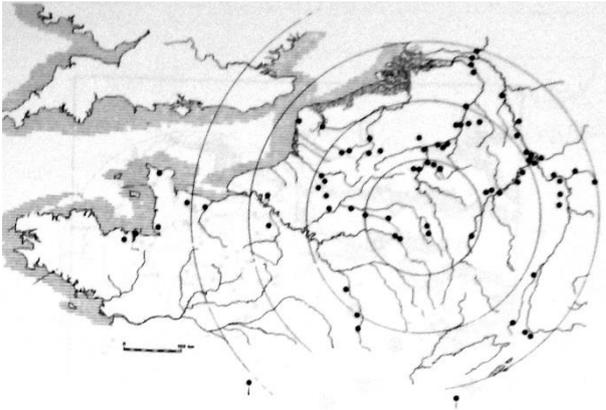


Imagem 4: Difusão da sigilata de Argonne ao longo da fase 2 (c.410-c.450) (Bayard, 1998)

Imagem 5: Difusão da sigilata de Argonne ao longo da fase 3 (450-470) (Bayard, 1998)

Imagem 6: Difusão da sigilata de Argonne ao longo da fase 4 (490?-530/40) (Bayard, 1998)

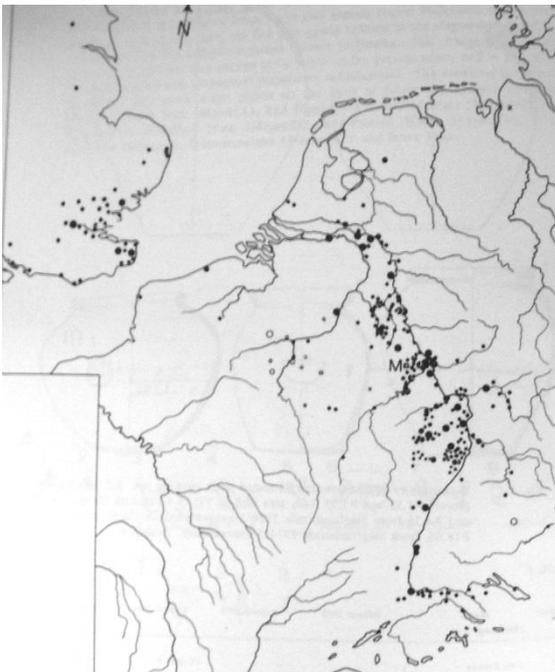


Imagem 7: Distribuição da cerâmica de Mayen tardo romana (Redknapp, 1988)

Imagem 8: Distribuição da cerâmica de Mayen medieval inicial. Sécs VI-VII (Redknapp, 1988)

Fases	Períodos	Videlles	Brie Comte-Robert	Vers-St-Denis	Beaumont	Grigny	Linas
1	Antes de 318	10	0	1	0	0	1
2	318-330	8	0	0	1	0	0
3	Oficiais 330-348	33	5	8	6	1	2
	Imitações 330-348	14	3	8	1	0	2
4	Oficiais 348-364	0	1	0	2	1	1
	Imitações 354-358	0	11	118	4	2	6
5	364-378	0	0	0	17	12	6
6	378-388	0	0	0	0	9	6
7	388-402	0	0	0	0	16	96
8	Imitações do IV	0	2	10	25	3	23
Total		65	22	145	56	44	146

Imagem 9: tabela de composição dos lotes de moedas estudados – Ille de France, séc IV. (Foucray, 1996)

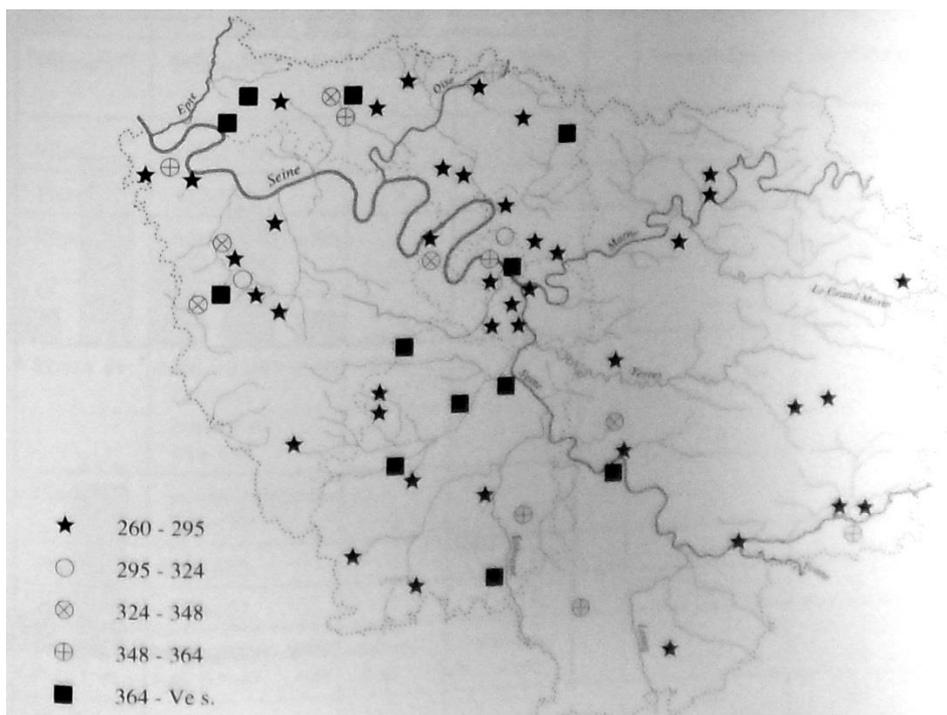


Imagem 10: Mapa dos depósitos monetários e moedas de ouro na Ille-de-France (Foucray, 1996)

Bibliografia

- Anderson, P. (2000). *Passagens da Antiguidade ao Feudalismo*. São Paulo: Brasiliense.
- Arce, J. (1993). La Penisola Iberica. In A. (org) Schiavone (Org.), *Storia di Roma. vol. III: L'Eta tardoantica pt. II: I luoghi e le culture*. (p. 379–403). Torino: Einaudi.
- Banaji, J. (2007). *Agrarian Change in Late Antiquity. Gold, Labour, and Aristocratic Dominance*. Oxford: Oxford University.
- Bagnall, R. S. (2005). Evidence and Models for the Economy of Roman Egypt. In I. Morris & J. G. Manning, *The Ancient Economy. Evidence and Models* (p. 187–204). Stanford: Stanford University.
- Bang, P. F. (2009). The Ancient Economy and New Institutional Economic. *Journal of Roman Studies*, 99, 194–206.
- Bayard, D. (1998). La sigillé d'Argonne, un paramètre essentiel pour l'établissement de la chronologie du Ve siècle dans le Nord de la Gaule. In X. Delestre & P. Périn (Orgs.), *La datation des structures et des objets du haut moyen âge*. (p. 7–20). St-Germain-en-Laye: Association française d'archéologie mérovingienne.
- Boito Jr, A. (2012). *As bases políticas do neodesenvolvimentismo*. Apresentado em Fórum Econômico da FGV, São Paulo.
- Bowden, W., Lavan, L., & Machado, C. (2004). *Recent Research on the Late Antique Countryside*. BRILL.
- Bowman, A., & Wilson, A. (2013). Introduction: Quantifying Roman Agriculture. In *In: The Roman Agricultural Economy. Organization, investment and production* (p. 1–32). Oxford: Oxford University.
- Bresser-Pereira, Luiz Carlos. (2015) *Reflecting on new developmentalism and classical developmentalism*. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/view.asp?cod=5946>
Acessado em 10/07/2015
- Brown, P. (1971). *The World of Late Antiquity*. London: Routledge.
- Carrié, J.-M. (1982). Le “colonat du Bas-Empire”: un Mythe Historiographique? *Opus*, 351–371.
- Carrié, J.-M. (1983). Un roman des origines: les généalogies du “colonat du Bas-Empire”. *Opus*, 205–51.
- Dossey, L. (2010). *Peasant and Empire in Christian North Africa*. Berkeley: University of California.
- Dyson, S. L. (2003). *The Roman countryside*. London: Duckworth.
- Fentress, E. (1993). La Numidia. In A. (org). Schiavone (Org.), *Storia di Roma. vol. III: L'Eta tardoantica pt. II: I luoghi e le culture*. (p. 351–362). Torino: Einaudi.
- Février, P.-A. (1993). Le Gallie meridionali. In A. (org) Schiavone (Org.), *Storia di Roma. vol. III: L'Eta tardoantica pt. II: I luoghi e le culture*. (p. 405–427). Torino: Einaudi.

- Finley, M. I. (1999). *Ancient Economy*. Berkeley: University of California.
- Foucray, B. (1997). La Circulation Monétaire dans les Campagnes de l'Antiquité Tardive: l'exemple francilien. In P. Ouzolias & P. Van Ossel, *Les campagnes de l'Île de France de Constantin à Clovis. Colloque de Paris. Rapports et synthèses de la Deuxième Journée. Document de travail, III* (p. 42–49). Paris.
- Ghedini, F. (1993). L'Africa Proconsulare. In A. (org) Schiavone (Org.), *Storia di Roma. vol. III: L'Eta tardoantica pt. II: I luoghi e le culture*. (p. 309–325). Torino: Einaudi.
- Giardina, A. (2007). Marxism and Historiography: Perspectives on Roman History. In C. Wickham (Org.), *Marxist History-writing for the Twenty-first Century*. Oxford: Oxford University.
- Gonçalves, R. (2012). Governo Lula e o nacionaldesenvolvimentismo às avessas. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, (31), 5–30.
- Grey, C. (2011). *Constructing Communities in the Late Roman Countryside*. Cambridge: Cambridge University.
- Heather, P. (2006). *The Fall of the roman Empire. A new History of Rome and the barbarians*. Oxford: Oxford University.
- Horden, P., & Purcell, N. (2000). *The Corrupting Sea. A study of Mediterranean History*. Oxford: Blackwell.
- Leveau, P. (2007). The Western Provinces. In W. Scheidel, I. Morris, & R. Saller (Orgs.), *The Cambridge Economic History of the Greco-Roman World*. (p. 651–670). Cambridge: Cambridge University.
- Louis, E. (2004). A De-romanized Landscape in Northern Gaul: the Scarpe Valley from the 4th to the 9th century AD. In W. Bowden, L. Lavan, & C. Machado (Orgs.), *Recent Research on the Late Antique Countryside* (p. 479–504). Leiden: BRILL.
- MacGaw, C. G. (2012). Capitalismo romano, modernismo e marxismo. A propósito de algumas ideias sobre o trabalho assalariado. *História & Luta de Classes*, 14, 23–27.
- Matthews, J. F. (1990). *Western aristocracies and imperial court. AD 364-425*. Oxford: Oxford University.
- Mattingly, D. J., & Hitchner, B. (1995). Africa: an Archaeological Review. *The Journal of Roman Studies*, 165–213.
- Ouzolias, P., & Van Ossel, P. (1997). *Les campagnes de l'Île de France de Constantin à Clovis. Colloque de Paris. Rapports et synthèses de la Deuxième Journée. Document de travail, III*. Paris.
- Ouzolias, P., & Van Ossel, P. (2000). Rural Settlement economy in northern Gaul in the Late Empire: an overview and assessment. *Journal of Roman Archaeology*, 13, 133–160.

- Redknap, M. (1988). Medieval pottery production at Mayen. In D. R. M. et al Gaimster (Org.), *Zur Keramik des Mittelalters und der beginnenden Neuzeit im Rheinland* (p. 3–37). Oxford: BAR I 440.
- Saller, R. (2005). Framing the Debate over Growth in the Ancient Economy. In I. Morris & J. G. Manning, *The Ancient Economy. Evidence and Models* (p. 223–238). Stanford: Stanford University.
- Scheidel, W., Morris, I., & Saller, R. (Orgs.). (2007). *The Cambridge Economic History of the Greco-Roman World*. Cambridge: Cambridge University.
- Schiavone, A. (2005). *Uma História Rompida. Roma Antiga e Ocidente Moderno*. São Paulo: Edusp.
- Staerman, E. M. (1980). La caída del regimen esclavista. In C. Estepa (Org.), *La transición del esclavismo al feudalismo* (p. 59–107). Madrid: Akal.
- Tuffi, S. R. (1993). Le Gallie Setentrionali. In A. (org) Schiavone (Org.), *Storia di Roma. vol. III: L'Eta tardoantica pt. II: I luoghi e le culture*. (p. 429–441). Torino: Einaudi.
- Van Ossel, P. (2006). Rural Impoverishment in Northern Gaul at the End of Antiquity: The Contribution of Archaeology. In W. Bowden, L. Lavan, & C. Machado (Orgs.), *Social and Political Life in Late Antiquity* (p. 534–565). Leiden: Brill.
- Vera, D. (1986). Forme e Funzioni della Rendita Fondiaria nella Tarda Antiquità. In A. Giardina (Org.), *Società Romana e Impero TardoAntico. Istituzioni, Ceti, Economie*. (Vol. I, p. 367–447). Roma-Bari: Laterza.
- Ward-Perkins, B. (2000). Land, Labor and Settlement. In A. Cameron, B. Ward-Perkins, & M. Whitby (Orgs.), *The Cambridge Ancient History. Late Antiquity: Empire and Successors A.D. 425-600* (Vol. XIV, p. 315–345).
- Ward-Perkins, B. (2005). *The Fall of Rome: and the end of civilization*. Oxford: Oxford University.
- Wickham, C. (2005). *Framing the Early Middle Ages. Europe and the Mediterranean 400-800*. Oxford: Oxford University.
- Wightman, E. M. (1978). Peasants and Potentates: An investigation of Social Structure and Land Tenure in Roman Gaul. *AJAH*, 97–128.